

FACULDADE CAMBURY

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL III

PERÍODO: 4º

CÓDIGO:

CH: 64h/a

Unidade I - VISÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO

1. Notas introdutórias sobre o direito processual constitucional.
2. Sobre a autonomia da disciplina.
3. Objeto de estudo.
4. Ação, jurisdição, processo e defesa.
5. Constituição e processo.
 - 5.1. O fenômeno da constitucionalização do processo.
 - 5.2. Processo e Estado Democrático de Direito: a tutela constitucional do processo.

Unidade II - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

1. Princípio e regras: definição.
 - 1.1. Função dos princípios.
 - 1.1.2. Natureza jurídica dos princípios.
2. Princípios constitucionais do processo.
 - 2.1.1. Princípio da igualdade (isonomia) processual.
 - 2.1.2. Princípio da legalidade.
 - 2.1.3. Princípio da irretroatividade da norma.
 - 2.1.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição.
 - 2.1.5. Princípio do juiz natural.
 - 2.1.6. Princípio do devido processo legal.
 - 2.1.7. Princípio do contraditório e da ampla defesa.
 - 2.1.8. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.
 - 2.1.9. Princípio da fundamentação das decisões judiciais.
 - 2.1.10. Princípio da publicidade dos atos processuais.
 - 2.1.11. Princípio da celeridade processual.
 - 2.1.12. Princípio do duplo grau de jurisdição.

Unidade III - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS

1. Função jurisdicional, função administrativa e função legislativa.
2. Órgãos da jurisdição nacional.
 - 2.1. Justiça comum e justiça especial.
 - 2.1.1 Justiça estadual e justiça federal.
3. Atribuições administrativas dos órgãos judiciais.
 4. Competência originária e recursal dos tribunais.
5. Garantias de independência dos juízes e tribunais.

Unidade IV - TEORIA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Conceito e pressupostos do controle de inconstitucionalidade.
2. Tipos de inconstitucionalidades.
3. Natureza do ato inconstitucional.
4. Teoria geral do controle de constitucionalidade:
 - 4.1. Evolução histórica.
 - 4.2. Momento do controle.
 - 4.3. Órgão encarregado do controle.
 - 4.4. Sistema difuso e sistema concentrado de controle.
5. Natureza da sentença de inconstitucionalidade.
 - 5.1. Declaração de inconstitucionalidade e reconstituição.
 - 5.2. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

Unidade V - CONTROLE INCIDENTAL DA CONSTITUCIONALIDADE.

1. Defesa incidental da Constituição Federal de 1988 (controle difuso).
 - 1.1. Noções de competência.

- 1.2. Procedimento originário Recursal.
- 1.3. Reserva de Plenário.
2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
3. O Senado no controle de constitucionalidade.

Unidade VI - CONTROLE DIRETO DA CONSTITUCIONALIDADE.

1. O processo de defesa direta da Constituição Federal (controle concentrado).
 - 1.1. Ação direta de inconstitucionalidade por ação.
 - 1.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
 - 1.3. Ação declaratória de constitucionalidade.
 - 1.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Unidade VII - AÇÕES E REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.

1. Teoria dos remédios constitucionais.
2. Habeas corpus.
3. Mandado de segurança: individual e coletivo.
4. Mandado de injunção.
5. Habeas data.
6. Ação popular.
7. Reclamação constitucional.